

Comunicação recebida  
em Lisboa (09.03.23)

Data Referência

28/02/2023 Of. n.º 24



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da FNE – Federação Nacional de Educação**  
**Escadinhas da Praia, 3 – 2.º esquerdo**  
**1200-769 Lisboa**

**ASSUNTO: - Defender a Escola Pública**

- Promover o respeito pelos direitos dos professores e educadores
- Moção

Para conhecimento de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e de acordo com deliberação tomada pelo Plenário da Assembleia Municipal de Vila Verde em sessão ordinária de 24 de fevereiro 2023, anexo exemplar de uma moção apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda cujo conteúdo, votado por maioria, se refere ao assunto em título.

Grato, desde já, pelo acolhimento que venha a ser dispensado a este assunto,

apresento a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal de Vila Verde

- Carlos António Andrade Araújos, Dr. -





Part 3:  
Período de  
Ats de Ordeem  
do dia

... ..

*[Handwritten signature]*

(P)

## MOÇÃO

**Defender a Escola Pública  
Promover o respeito pelos direitos dos professores e educadores**

Apurde por  
maioria com  
6 abstenções

A Escola Pública é um dos pilares da democracia e exige, por isso, um alargado compromisso político. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. Foi a Escola Pública que permitiu uma muito acelerada redução do analfabetismo, passando de uns vergonhosos 25,7% da população, em 1970, para os 3,1% da população em 2021 (dados PORDATA). A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, vêem degradar-se as suas condições de trabalho.

Há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, tendência que se tem vindo a agravar. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade, que atinge mais de 20% dos professores e educadores, e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, os Governos têm-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores, e foram impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, de 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.



reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública e a democracia.

**Assim, a Assembleia Municipal da Vila Verde, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:**

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado e eliminando os constrangimentos à progressão na carreira, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.
2. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo.
3. Recomendar ao Governo políticas que assegurem o rejuvenescimento do corpo docente, não podendo este continuar exposto aos atuais índices de precariedade.
4. Enviar esta moção ao Ministério da Educação, Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Federação Nacional de Educação (FNE), Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL), Pró-Ordem dos Professores–Associação Sindical/Federação Portuguesa dos Professores, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados (SEPLEU), Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação (SINAPE), Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SINDEP), Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (SPLIU) e Sindicato de Todos os Trabalhadores da Educação (STOP).

**Vila Verde, 24 de fevereiro 2023**

**O deputado municipal**

Ricardo Cerqueira